

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

BREVES REFLEXÕES SOBRE O CIBERESPAÇO ENQUANTO ESPAÇO PÚBLICO

Laryssa Saraiva Queiroz¹

RESUMO

O escrito promove reflexões em torno do questionamento acerca do enquadramento do ciberespaço como espaço público. Para tanto, lança mão de revisão bibliográfica a partir dos conceitos de ação política, cidadania e movimentos sociais. A partir disso, suscita possíveis diálogos entre o pensamento arendtiano e habermasiano, resgata momentos históricos do Brasil no campo político e social e faz considerações específicas acerca das manifestações de rua de junho de 2013 e janeiro de 2023. Conclui que a afirmação do ciberespaço enquanto espaço público propício para a atividade política, pelo menos no caso brasileiro, merece análise mais detida e menos precipitada. Pois, se as de 2013 conduz a dúvidas acerca do nível de politização dos manifestantes em relação ao modo como se desdobrou, as de 2023 já não acarretam as mesmas inquietações, afinal, suas próprias circunstâncias e resultados permitem alusão às advertências de Arendt acerca da banalidade do mal e do totalitarismo.

Palavras-chave: Ciberespaço 1; Espaço público 2; Manifestações de rua 3; Brasil 4.

ABSTRACT

It is about reflections around the questioning about the framing of cyberspace as a public space. Performs a bibliographic review based on the concepts of political action, citizenship and social movements. It raises possible dialogues between Arendtian and Habermasian thinking, rescues historical moments in Brazil in the political and social field and makes specific considerations about the street demonstrations of June 2013 and January 2023. It concludes that the affirmation of cyberspace as a public space conducive to the political activity, at least in the Brazilian case, deserves a more detailed and less hasty analysis. Because if those of 2013 lead to doubts about the level of politicization of the demonstrators in relation to the way it unfolded, those of 2023 no longer cause the same concerns. After all, its very circumstances and results allow for an allusion to Arendt's warnings about the banality of evil and totalitarianism.

Keywords: Cyberspace 1. Public space 2. Street demonstrations 3. Brazil 4.

¹ Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão; Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí; Advogada; Professora do Curso de Direito do Centro Universitário Estácio São Luís e da Faculdade EDUFOR; E-mail: suporteprofalaryssa@gmail.com

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

Partindo do conceito arendtiano de espaço público, este seria o local no qual o homem pode alcançar sua excelência, na medida em que é onde ocorre o processo de discussão coletiva e troca de ideias a respeito da coisa pública.

Contudo, com o advento da Rede Mundial de Computadores, muitas relações sociais passaram a ocorrer pelos meios digitais, tanto para a emissão de opinião, ou troca de ideias e até mesmo via para marcação de manifestações de rua.

Desse modo, surgem os seguintes questionamentos: o ciberespaço desempenha um papel de espaço público moderno para a ação política? Seriam as redes sociais um canal hábil para captar e expor as demandas existentes na esfera privada, problematizando-as e inserindo-as no debate público? A propósito, as redes enquadram-se nas categorias de espaço público ou privado? Pode-se considerar que as manifestações de rua orquestradas por vias digitais que ocorreram em junho de 2013 e em janeiro de 2023 possuem caráter politizado?

Nas breves linhas deste artigo, busca-se refletir acerca destas questões e, para tanto, lança-se mão de revisão da literatura acerca da ação política, cidadania e movimentos sociais.

Tais reflexões estão organizadas de modo a partir de breves apontamentos a respeito do espaço público e cidadania no Brasil, trazendo, em seguida, considerações acerca de movimentos e manifestações neste país, para, enfim, poder refletir à luz desses aportes teóricos sobre as manifestações de junho de 2013 e em janeiro de 2023.

2 BREVES APONTAMENTOS SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO E CIDADANIA NO BRASIL

O espaço público, segundo Hanna Arendt (2001), é o local em que o homem pode alcançar sua excelência, pois é onde ocorre o processo de discussão coletiva e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



troca de ideias a respeito da coisa pública. E essa capacidade de fazer política seria justamente o que distingue o ser humano dos outros animais.

Nesse mesmo sentido, Jürgen Habermas (1997) aposta no uso do discurso e deliberação pública crítica e racional como alternativa política à dominação.

Outro ponto de convergência entre o pensamento arendtiano e habermasiano é que a esfera política tem perdido a importância. O que seria fruto do fim da separação entre a esfera pública e a esfera privada.

Em alusão ao modelo de sociedade grega, Arendt rememora a distinção formal que havia entre essas duas instâncias de atuação. O âmbito da vida privada em casa, no seio familiar; e a esfera pública na pólis grega, onde a vida política era exercida na ágora. Inclusive:

Na raiz da consciência política grega encontramos uma clareza e uma eloquência sem-par na definição dessa diferença. Nenhuma atividade que servisse à mera finalidade de garantir o sustento do indivíduo, de somente alimentar o processo vital, era digna de adentrar a esfera política - e isto ao grave risco de abandonarem-se o comércio e a manufatura ao engenho de escravos e de estrangeiros [...] (ARENDDT, 2001, p. 46)

Entretanto, junto com a modernidade eclodiu o advento do social, que deu origem à sociedade de massa, em que o homem como animal político dá lugar ao homem enquanto animal social, concentrado unicamente na atividade necessária para manter a vida: o labor.

Assim, houve a ascensão do social nos assuntos públicos, descaracterizando o espaço público, ao tempo em que os interesses privados invadem a esfera pública, onde, segundo Arendt (2001), deveria prevalecer o bem comum.

E toda essa discussão é relevante na medida em que, ainda segundo Arendt (1989), o totalitarismo se apoia no desaparecimento da esfera pública e isolamento político do indivíduo. Daí a relevância da participação política nos espaços públicos.

E falar de participação política em um país como, por exemplo, o Brasil, é delicado, tendo em vista a forma como se deu a construção da cidadania neste país.

Ao perfazer o longo caminho da cidadania no Brasil, Carvalho (2007) rememora que o advento da Constituição Federal de 1988, conhecida como

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

“Constituição Cidadã”, fez emergir a crença de que a reconquista do direito de eleger os governantes representaria garantia de liberdade, participação, segurança, desenvolvimento, emprego, justiça social, etc.

Explica que, de fato, a liberdade foi conquistada e, graças a isso, passou a haver livre manifestação do pensamento, por exemplo. Contudo, as coisas não caminharam tão bem em outras áreas, de modo que mesmo tantos anos após o fim da ditadura, ainda persistem problemas centrais como a violência urbana, o desemprego, o analfabetismo, a má qualidade da educação, a oferta inadequada dos serviços de saúde e saneamento, além das grandes desigualdades sociais e econômicas.

E, em especial, quanto aos direitos sociais, tais como direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde e à aposentadoria; o autor promove análise histórica comparada em relação à evolução da cidadania na Inglaterra, a partir da qual conclui que, no Brasil, houve certa inversão lógica:

Aqui, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular. Depois vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra. A maior expansão do direito do voto deu-se em outro período ditatorial, em que os órgãos de representação política foram transformados em peça decorativa do regime. Finalmente, ainda hoje muitos direitos civis, a base da sequência (sic) de Marshall, continuam inacessíveis à maioria da população. A pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça para baixo. (CARVALHO, 2007, p. 11-12)

Portanto, a evolução dos elementos da cidadania brasileira se desenvolveu de maneira inversa em relação ao modelo inglês. O que não necessariamente significa que no Brasil houve uma completa apatia política ao longo dos tempos.

De modo que poder-se-iam mencionar como exemplos as manifestações de rua por todo o Brasil em junho de 2013 e as que ocorreram na esplanada dos Ministérios em Brasília, em janeiro de 2023. Mas até que ponto estas seriam exemplos de manifestações politizada? É o que a próxima sessão intenta refletir.

3 MOVIMENTOS E MANIFESTAÇÕES NO BRASIL

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Como visto, o reconhecimento dos direitos sociais no Brasil ocorreu com maior ênfase justamente nos períodos ditatoriais, notadamente nos governos militares e durante os governos populistas como os de Getúlio Vargas e João Goulart. E esse histórico nos faz questionar acerca do nível e qualidade da participação social no Brasil.

Acerca disso, Maria Paoli e Vera Telles (2000) contam sobre a organização dos movimentos sociais e fortalecimento dos sindicatos a partir dos anos 80, cujas marcas foram deixadas na Constituição Cidadã, representando o anseio democrático em superação ao pesado legado autoritário e tradição excludente.

Já nos anos 90, mesmo diante de cenário marcado pela globalização da economia e redefinição do papel do Estado, relatam sobre as arenas públicas que deram visibilidade e permitiram as demandas sociais ressoarem no âmbito estatal.

Nesse sentido, assinalam experiências como o orçamento participativo, além de lutas populares que promoveram o estabelecimento de uma relação com o Estado baseada na negociação de pautas. (PAOLI; TELLES, 2000)

O que remete à Habermas (1997), que vê na esfera pública a oportunidade de captação e exposição das demandas existentes na esfera privada, problematizando-as e inserindo-as no debate público.

Logo, a participação nas arenas públicas proporciona a possibilidade de incorporar à agenda política temas, questões e demandas formuladas no seio social.

Portanto, não obstante as críticas inicialmente registradas acerca do modo como se deu a evolução da cidadania no Brasil, cumpre ressaltar as referidas experiências de participação social.

Entretanto, Evelina Dagnino (2004) encara com ressalvas o princípio de participação da sociedade civil consagrado na Constituição de 1988. Isto porque percebe uma espécie de confluência perversa entre este projeto democratizante e participativo, ao tempo em que o projeto neoliberal promove o encolhimento do

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Estado e progressiva transferência de suas responsabilidades sociais para esta mesma sociedade civil.

O ponto de confluência, segundo a autora, seria a pretensão de uma sociedade civil ativa e propositiva, enquanto a perversidade estaria no fato de que ambos os projetos apontam para direções opostas.

Na obra “Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil”, a mesma autora promove o diagnóstico de que a dificuldade central é o enfrentamento de uma matriz cultural hierárquica que favorece a submissão frente ao Estado e seus setores dominantes. Diante deste cenário, Dagnino (2002) aposta no confronto às concepções elitistas de democracia nos espaços públicos.

Mas será que as manifestações de rua tais como as ocorridas em junho de 2013 podem ser consideradas como tal? A esse respeito, válido mencionar as considerações de Scherer-Warren (2014) das manifestações no Brasil.

Para a autora, os protestos de 2013 não são inéditas, tendo ocorrido outros a exemplo das Diretas Já, os Caras Pintadas, Movimento pela Ética na política, Grito dos Excluídos, as Marchas das Margaridas, os movimentos pela Reforma Agrária. Na análise comparada que realiza, Scherer-Warren (2014, p. 418) considera:

O que havia em comum nessas manifestações do século 20 era a articulação em torno de uma demanda ou protesto comum, com a tendência de se construir uma identificação em torno de um ideário político- ideológico mais unificado. Essa condição de unidade na política não se reproduziu sem fragmentações e, às vezes, até com antagonismos, nas manifestações atuais [...]

Tal movimento teria iniciado uma nova temporada de reivindicações do MPL a partir de fevereiro de 2013, cujo estopim teria sido novo aumento do preço da passagem, a qual, assim mesmo, aumentou uma semana após. As manifestações se ampliam e se diversificam, assim como a repressão policial.

E o que, em geral, se pôde observar, segundo a autora, foi uma ênfase na defesa do direito a dar voz pública a demandas plurais, contudo, o entendimento sobre a legitimidade destas foi conflitivo entre os subgrupos de manifestantes.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Por exemplo, o fato de alguns adotarem siglas partidárias e outros repudiarem esse comportamento, de modo que houve expressões estéticas e verbais de partidarismo, apartidarismo e antipartidarismo. (SCHERER-WARREN, 2014)

Talvez a própria forma como as pessoas foram recrutadas para essas manifestações tenha aberto margem a essa variedade de interesses e perfis, visto que os eventos eram marcados por meio das redes sociais, sendo os convites amplamente divulgados por e para diferentes grupos.

O que remete às obras de Manuel Castells (2011) acerca das redes de indignação e esperança promovidas por movimentos ocorridos em diversas regiões do mundo, que têm em comum o elemento da Internet e do amplo acesso à informação para o conhecimento e a ação política.

E neste ponto, vale trazer à baila importante distinção feita por Scherer-Warren (2014) entre movimento social organizado e manifestação de rua. Pois aqueles possuem relativa permanência temporal, geralmente sob a forma de redes de militância, atuando estrategicamente.

Assim, os “movimentos sociais promovem, participam ou estão nas manifestações, mas não se reduzem a elas” (SCHERER-WARREN, 2014, p. 422). Já as manifestações de 2013, segundo a autora, foram marcadas por uma variedade de pautas dos movimentos organizados.

A fim de melhor compreender a motivação que levou as pessoas às ruas, são inclusive citados os resultados de uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), ilustrando a multiplicidade de identificação dos sujeitos, centradas especialmente em torno das demandas por direitos sociais e por modificações no sistema político. (SCHERER-WARREN, 2014)

Enfim, surgem alguns questionamentos: em que medida os protestos de 2013 aproximam-se aos analisados por Castells? Pode-se afirmar que as manifestações brasileiras pelo direito à cidade e outros direitos representariam um indício da pólis grega nos tempos atuais? Isto é, o ciberespaço desempenha um papel de espaço público moderno no resgate da ação política?

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Cumpra-se lembrar que a ascensão do social é encarada por Habermas com uma oportunidade de a esfera pública captar e expor as demandas existentes na esfera privada, problematizando-as e inserindo-as no debate público. Então poderiam as redes sociais serem o canal para tal?

Mas, a propósito, as redes sociais enquadram-se nas categorias arendtianas de espaço público ou privado? Isto é, as pessoas lançam mão dessas redes para fins particulares, mas também discussões políticas, o que seria, em última instância, condizente com a proposta deliberativa de Habermas.

E se rememorado que Hanna Arendt (2001) considera concernente à esfera pública tudo aquilo que é visível, tudo o que vem a público e pode ser visto e ouvido, talvez as redes sociais se portem mais como espaço público que privado.

Aliás, por ser permitido o acesso a praticamente qualquer pessoa, estas redes seriam campo de valorização da pluralidade humana, típicos da esfera pública de Arendt.

Assim, a despeito da ainda existente exclusão digital, o ciberespaço representaria um possível avanço em relação ao modelo grego, vez que este era restrito ao homem (masculino) enquanto chefe de família.

Além disso, talvez se pudesse reconstituir os protestos à luz das noções de Habermas (1997) sobre o ambíguo papel da mídia na esfera pública. Isto porque os jovens clamavam por voz perante a formação da opinião pública pela grande mídia.

O que remete ainda à análise de Francisco de Oliveira (1999) sobre a destituição da fala e anulação da política na história brasileira, tendo sofrido um processo de desmoralização de fala e de discurso pelas classes dominadas.

Contudo, Scherer-Warren (2014) ressalta quanto ao papel da grande mídia nos protestos de 2013 que esta teve um posicionamento bastante ambíguo, visto que estava historicamente habituada a criminalizar os movimentos sociais. Todavia, desta feita, parece não ter sabido claramente como agir.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Já quanto às manifestações de janeiro de 2023, as circunstâncias revelam-se completamente diversas das de junho de 2013, tanto quanto às motivações, quanto em relação à amplitude.

Por ser um fato bastante recente, ainda não há na literatura com análise acurada a seu respeito, mas já é possível, nestas limitadas linhas, apontar alguns aspectos tais como sua razão: insatisfação com o resultado das eleições presidenciais democráticas de outubro de 2022.

Válido mencionar que desde então até dia 08 de janeiro de 2023 os descontentes ocuparam, por todo o Brasil, as sedes dos quartéis e tiros de guerra, numa vã esperança também difundida por redes sociais de que, por algum meio, o resultado das eleições seria revertido.

Contudo, houve a cerimônia de posse presidencial que oficializa a posse do presidente eleito no primeiro dia do ano e, uma semana depois, os insatisfeitos fizeram eclodir manifestação concentrada na capital brasileira que, mais especificamente, consistiu em invasão ao Congresso, Planalto e Supremo Tribunal Federal.

Logo, tantas as circunstâncias fáticas quanto simbólicas, por si só, revelam seu viés antidemocrático. De modo que as considerações da literatura ora mencionadas acerca das manifestações de junho de 2013 sequer servem para subsidiar análise destes eventos mais recentes, exceto as advertências arendtianas acerca do totalitarismo

4 CONCLUSÃO

Fato é que a afirmação do ciberespaço enquanto espaço público propício para a atividade política, pelo menos no caso brasileiro, merece uma análise mais detida e menos precipitada.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Sobretudo se considerados os discursos de ódio propagados nas redes e que ganharam as ruas, notadamente durante as duas últimas eleições presidenciais, remetendo à banalidade do mal dos escritos de Arendt.

Ademais, a despeito de todas as proposições à luz de Arendt e Habermas e do reconhecido potencial das redes em Castells, a obra “Cidades Rebeldes” (MARICATO, 2013), que trata acerca do Movimento do Passe Livre (MPL) e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil em junho de 2013, conduz a reflexões acerca do nível de politização dos protestos deste país. Talvez por conta da construção cidadã deficitária, percebida por Carvalho e, de certo modo, confirmada por Oliveira.

E se as de junho 2013 suscitam essas dúvidas, o mesmo já não pode ser afirmado em relação às de janeiro de 2023. Pois, embora ainda seja cedo para elaborar maiores considerações, tendo em vista que são bastante recentes, suas circunstâncias e resultados de então já permitem alusão às advertências dos escritos de Arendt quanto ao o totalitarismo.

Poder-se-ia argumentar que a autora o associa ao desaparecimento da esfera pública e isolamento político do indivíduo, e que, portanto, não seria o caso destas últimas manifestações, já que a motivação dos manifestantes era relacionada a eleições.

Contudo, o levante contra um pleito democrático e a invasão e ataque à sede dos três poderes revelam justamente o contrário.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hanna. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo – Anti-Semitismo, Imperialismo e Totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. 5 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

PROMOÇÃO



APOIO



CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 9a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASTELLS, Manoel. **A Sociedade em Rede**. Vol. I. 14ª reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Revista Política & Sociedade**. Nº. 5, outubro de 2004. Pag. 139 a 164. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1983/1732>. Acesso em: 10 Jan. 2023.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

OLIVEIRA, Francisco. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia. **Os Sentidos da Democracia**. Petrópolis, Vozes, 1999.

PAOLI, Maria Célia; TELLES, Vera da Silva. Direitos Sociais: conflitos e negociação no Brasil contemporâneo. In: Sonia E. Alvarez; Evelina Dagnino; Arturo Escobar. (Org.). **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Cad. CRH [online]**. 2014, v.27, n.71, p. 417-429. Disponível in: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792014000200012>>

MARICATO, Ermínia [et al]. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1º ed. São Paulo, Boitempo: Carta Maior, 2013.